



Plataforma Operária e Camponesa de Água e Energia

Proposta para Reforma Energética

Eleições 2022

Por um Projeto Energético Popular

Com soberania, distribuição da riqueza e controle popular!

A Plataforma Operária e Camponesa de Água e Energia (POCAE)¹ apresenta as principais evidências da realidade energética e suas propostas para melhorar a política energética nacional. São pontos de unidade e a base para uma reforma rumo a um **PROJETO ENERGÉTICO POPULAR**, um projeto com soberania, distribuição da riqueza e controle popular. Chamamos de **COMPROMISSOS COM O POVO BRASILEIRO PARA A SOBERANIA ENERGÉTICA**.

1. A POLÍTICA ENERGÉTICA NACIONAL

1.1- Evidências gerais da realidade energética

O Brasil é um território com significativa potencialidade energética. Possuímos uma indústria de petróleo e de eletricidade de extraordinária importância estratégica. Possuímos elevada **potencialidade energética nacional**. Podemos destacar as mais amplas possibilidades com o pré-sal e o gás natural, o grande parque de usinas hidráulicas amortizadas, a potencialidade eólica terrestre e em alto mar, a fotovoltaica, de biomassa, mineral, entre outros.

Essas áreas detêm **trabalhadores e trabalhadoras de elevada produtividade** do trabalho, altamente qualificados. A **eficiência e a excelência** construída ao longo de décadas, pelo esforço público e estatal, tornaram as áreas de energia elétrica e do petróleo locais de enorme geração de riqueza.

Por sua importância, também tem sido foco de interesses e disputas internacionais profundas. São três décadas que o capital busca a **privatização** do que tem de melhor. Mas o resultado é que todos os processos de privatização, nestes setores, foram prejudiciais e representaram um erro estratégico.

Reservas e empresas estratégicas foram e seguem sendo transferidas ao **controle do capital financeiro** (bancos e fundos especulativos) e grupos locais associados e subalternos ao capital parasitário internacional, causando grandes problemas ao povo brasileiro, como o alto custo dos energéticos, a redução da soberania energética na indústria de eletricidade e de petróleo e a entrega de importantes reservas estratégicas de energia - base de elevada produtividade natural - como tem se verificado recentemente nas áreas de pré-sal e nas áreas hidráulicas.

Observa-se o **aumento da exploração** sobre os trabalhadores do setor, consumidores e populações atingidas. A redução de postos de trabalho. A explosão dos preços. A redução da qualidade dos serviços. A implantação de **um sistema institucional**, com leis e instituições



Plataforma Operária e Camponesa de Água e Energia

políticas de Estado capturadas e subordinadas para o atendimento exclusivo dos interesses privados.

Até mesmo **as estatais**, não privatizadas, estão sendo desintegradas e conduzidas a assumir uma gestão empresarial voltada a atender prioritariamente aos acionistas privados, por meio da busca de lucros abusivos e a máxima remessa de dividendos no curto prazo.

Tem sido comum na política energética atual o **ataque a tudo que é público e estatal**. E a estratégia do capital é a privatização completa de tudo, no setor elétrico e no petróleo. Não há qualquer compromisso com o Projeto de país. A única prioridade é a venda de ativos e a busca do lucro extraordinário.

Há um acelerado processo de **destruição da soberania**, da ciência e tecnologia e de todas as iniciativas de industrialização da energia. No momento, não está garantida nem a independência energética e nem a segurança energética.

Também se constata uma crescente centralização e concentração do controle do setor elétrico, do petróleo e agrocombustíveis sob o poder e a dominação dos mesmos grupos econômicos.

A **política de preços** de paridade internacional/importação, baseada no preço da energia mais cara e implantada nos energéticos, incluindo os reajustes a forte influência de variações na taxa de câmbio, transformou-se em um instrumento de pilhagem sobre a totalidade da população brasileira. Uma selvageria contra o nosso povo e o país. Os abusivos preços se transformaram em instrumento de desindustrialização e agravamento da crise na economia.

Diante da estagnação da economia e da lógica do rentismo financeiro, as áreas de energia de nosso país caminham para virar um “balcão” de comercialização de contratos de energia fictícia e de derivativos, “tenebrosas transações” que arrastarão para financeirização completa estes setores e trará graves problemas ao país logo adiante. O fato é que diante dessa política energética, mesmo possuindo condições energéticas vantajosas mundialmente, a lógica do **modelo de mercado** tornou-se entrave para o melhor desenvolvimento econômico, social e ambiental do país. E os rumos da política energética terão que ser corrigidos adequadamente.

1.2- As consequências da reação

A política energética aplicada pelos governos do PT caminhava para um controle maior do Estado sobre a indústria de petróleo do Brasil e sobre os preços da eletricidade.

A estratégia por soberania energética desencadeou forte reação do capital internacional e seus aliados locais, em especial de grupos petrolíferos e elétricos ligados ao centro do capitalismo global.

A **Lava Jato** foi o principal mecanismo do ataque externo, um instrumento de polícia política do imperialismo, das petroleiras estrangeiras e das burguesias locais associadas e subalternas ao controle externo. Serviu para atacar as forças progressistas e a soberania. É parte do neofascismo.

O **Golpe de 2016** foi para interromper um Projeto de Nação independente e reagir contra os avanços protagonizados pela classe trabalhadora. Golpearam para reestabelecer o monopólio do Estado ao capital, que possuem neste espaço um local de “extraordinária importância estratégica” para autodefesa, autoprivilegiamento, autoafirmação e alargamento de seus negócios. Uma das primeiras medidas do governo golpista foi justamente encaminhar medidas de entrega do petróleo brasileiro e projeto para privatizar a Eletrobras, a maior empresa de energia elétrica da América Latina e uma das maiores do mundo em energias renováveis.



Plataforma Operária e Camponesa de Água e Energia

O Governo Bolsonaro é resultado deste processo. Produto da crise do capitalismo e do imperialismo. O fato é que a Lava Jato, o golpe de 2016 e o governo Bolsonaro são produtos do mesmo processo reacionário e conservador. Que não aceitam um projeto de país nação, dedicado a seu povo.

Na questão energética pós-golpe, todas as iniciativas atenderam e seguem atendendo às exigências e **interesses do imperialismo** e seus associados locais. **O povo brasileiro é a principal vítima**. Está tudo caro. Verifica-se uma explosão nos preços da energia elétrica, do gás de cozinha, da gasolina, do óleo diesel e demais derivados.

Não são só os energéticos que estão caros. O feijão está caro, o arroz, o leite, a carne, o transporte, o aluguel, etc. Os juros são abusivos. A inflação disparou. O desmatamento aumentou. A indústria fechou. O trabalho piorou. O desemprego aumentou. O salário parou. A saúde piorou. A violência aumentou. A miséria voltou. É o povo que sente.

2- A NOVA REALIDADE A SER ENFRENTADA

2.1- A realidade da indústria brasileira de eletricidade

I. Quando Lula assumiu em 2003, o setor elétrico convivia com dois grandes problemas e desafios: evitar novos apagões de eletricidade e democratizar o acesso à energia elétrica. O alto custo da eletricidade ainda não havia alcançado um patamar de problema a ponto de interferir na economia nacional. A questão exigia construir novas usinas, novas Linhas de Transmissão (LT), instalar luz elétrica a milhões de famílias, etc. E o Governo possuía ainda o Sistema Eletrobrás sob o controle do Estado, um sistema de financiamento via BNDES eficiente e um cenário internacional favorável;

II. Na realidade atual, as previsões internacionais são “sombrias e de mais incertezas”. O próprio FMI reconhece a “estagnação da economia”, o risco de uma “recessão global”, em meio a uma “onda de superendividamento” das economias, “elevação das taxas de juros”, “inflação mundial” em alta, com perspectiva de manutenção por maior tempo. Um cenário internacional totalmente diferente quando comparado com 2003;

III. Para o ano de 2023, a realidade do setor elétrico é muito diferente. Um novo governo terá desafios mais complexos a serem enfrentados:

O primeiro desafio é que a realidade atual é de alto custo da energia elétrica, com trajetória (já definida) de grandes aumentos pós-eleições. Preparou-se uma armadilha e tal situação poderá servir de instrumento de desestabilização de um governo popular. Não é demais lembrar que crises energéticas possuem historicamente grande repercussão no campo político.

O alto custo da energia elétrica atinge diretamente duas áreas importantes da economia: De um lado a classe trabalhadora, que por meio das contas de luz de 77,5 milhões de consumidores residenciais. As famílias brasileiras gastam por ano cerca de R\$ 150 bilhões com a conta de luz. O segundo grupo são os 6,5 milhões de unidades consumidoras da pequena e média indústria/comércio, onde o custo com o insumo se torna um mecanismo de estagnação. Também existem ainda 4,5 milhões de pequenos agricultores que não possuem mais tarifa subsidiada.



Plataforma Operária e Camponesa de Água e Energia

O governo Bolsonaro deixou preparado um enorme tarifaço para vigorar após as eleições presidenciais. Existem sete componentes que farão explodir as tarifas a partir de 2023. Apenas vamos citá-los aqui para conhecimento:

1º- A explosão dos valores da **Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)**, que ultrapassam R\$ 30 bilhões por ano;

2º- Devolução da **CONTA-Covid** de R\$ 15,3 bilhões, mais os juros;

3º- Devolução da **CONTA da Escassez Hídrica**, em que o valor dos dois empréstimos poderá chegar à R\$ 10,5 bilhões, mais os juros;

4º- **Contratação Simplificada** de 775 MW médios de Usinas Térmicas à R\$ 1.563,00/MWh, que absurdo completo;

5º- O impacto da **privatização da Eletrobras**, a qual causará aumento médio de 25% nas tarifas de energia elétrica, na melhor das hipóteses. Também está em jogo a usina de Itaipu e as consequências da privatização do parque gerador da COPEL, CEMIG, CELESC e CEEE, o que impactará ainda mais para cima as tarifas;

6º- **Correção da inflação**. Só o IPCA nos últimos 12 meses (julho/2021-junho/2022) está em 11,3%;

7º- A parcela crescente de **ociosidade instalada** no setor e a sobrecontratação de energia pelas distribuidoras;

Mas estes não são os únicos problemas que farão aumentar as tarifas. Há um acelerado processo de endividamento (intencionalmente). Nos últimos dois anos houve 50% de aumento das dívidas.

Contraditoriamente, o Brasil possui uma matriz elétrica (hidroelétrica) de baixo custo de produção, mas o povo paga uma das tarifas mais altas do mundo. E este é um fator da desindustrialização.

Essa é a nova e dura realidade das tarifas da energia elétrica em nosso país. E em plena crise da economia, para não virar fator de agravamento, essa questão necessitará ser enfrentada.

Por fim, vale destacar que os grupos que mandam de fato no setor elétrico, estiveram na vanguarda dos que golpearam os governos do PT.

O segundo desafio é a questão da soberania no setor elétrico, que está completamente destruída e as estruturas estratégicas de Estado, para fazer política energética, capturadas pelo capital financeiro parasitário e setores neofacistas.

Com a privatização da Eletrobras, um novo governo terá poucos mecanismos estatais para fazer e desenvolver a política energética nacional, sem que haja reações e até boicotes. Quem controlar a Eletrobras, também controlará a estratégia de operação das usinas hidráulicas e determinará o novo patamar de tarifa nacional.

A ANEEL virou um banco de mercadores, totalmente capturada pelos interesses do capital. O Operador Nacional do Sistema (ONS) está operando as usinas para esvaziar reservatórios, criar falsas crises e inflar as tarifas. A Câmara de Comercialização de Energia



Plataforma Operária e Camponesa de Água e Energia

Elétrica (CCEE) virou uma ONG sigilosa das corporações. A EPE virou instrumento de estudos para privilegiamento de um seletivo grupo de corporações.

O fato é que o setor elétrico brasileiro caiu no controle de uma oligarquia financeira que prioriza o rentismo e não um Projeto de Desenvolvimento Nacional. Assim como está organizado, **a Política Energética Nacional virou instrumento de financeirização, com consequências graves para a desindustrialização, desnacionalização e estagnação da economia brasileira.**

É necessário recuperar a soberania, a começar pela reversão da entrega da Eletrobrás e por uma reforma profunda nas estruturas estratégicas de Estado para fazer política energética nacional a serviço de uma estratégia de desenvolvimento nacional, sustentável, com inclusão social e estabilidade de preços.

Em terceiro, deve-se considerar que existe uma bolha elétrica instalada com trajetória de crescimento até o ano de 2026, que inflaciona cada vez mais os preços da energia elétrica.

Criou-se um descompasso entre o crescimento da demanda e da oferta. A capacidade de geração, de transformação e de linhas de transmissão aumentou muito, além da carga de energia, o que eleva o custo das tarifas cada vez mais. E a pauta dos agentes empresariais do setor é criar um mecanismo perverso, que vai agravar ainda mais a crise, capaz de remunerar as usinas e linhas de transmissão ociosas como estratégia de reprodução dos negócios, via a chamada separação do “lastro de energia”.

A quarta questão, e não menos importante, é a privatização do sistema Eletrobras, que vai impor grandes aumentos nas contas de luz. E o próximo ataque é sobre Itaipu.

O sistema Eletrobras possui um parque de unidades de produção e transmissão de eletricidade extraordinário, formado pelas melhores hidrelétricas e linhas de transmissão estratégicas, é composta por empresas de enorme contribuição histórica regional. A mais antiga delas é a Chesf, fundada em 1945. Algo que levou 75 anos de trabalho, está literalmente sendo transferido criminosamente.

A primeira armadilha na privatização da Eletrobras é que vai romper com os contratos de comercialização de energia amortizada que iriam até 2042. A chamada “**descotização**” significará quebra de contratos e o fim do atual preço de **R\$ 65,00/MWh** para os 7.850 MW médios de suas hidrelétricas. A medida também inclui a energia produzida pela usina de Tucuruí, uma das maiores do país, e que frente a amortização total pode representar uma redução estrutural importante nas tarifas finais. Na prática, será o fim da energia amortizada.

A privatização também obrigará a contratação de **8.000 MW de usinas térmicas** que terá como referência uma tarifa atual de R\$ 400,00/MWh (base é o leilão A6/2019), **mais 2.000 MW de PCHs**; três Programas Regionais e mais a renovação das **usinas antigas do PROINFA** (totalmente amortizadas) a preços perversos. Sem contar, aqui, os custos desnecessários do Bônus de Outorga, que também cairão nas tarifas.

Criou-se um problema estrutural até 2052. Não se trata de algo passageiro. E consolidada a privatização da Eletrobras, a hidrelétrica de Itaipu será o centro do próximo ataque das corporações privadas. O Tratado vai até final de 2023 e o futuro da energia amortizada dessa importante usina está na pauta do dia.

Até mesmo organismos internacionais, como o FMI e a OCDE, têm reconhecido a importância do uso de empresas estatais para garantir segurança energética, custos adequados e para se alcançar as metas estabelecidas pelo compromisso global de redução de emissões de



Plataforma Operária e Camponesa de Água e Energia

gases do efeito estufa. É nessa linha, por exemplo, que atualmente a França avança em um processo de nacionalização de sua maior empresa de energia elétrica, a EDF. Outros países têm atuado na mesma direção – segundo levantamento do Instituto Transnacional (TNI 2021), a Alemanha é o país líder em processos de reestatização no setor elétrico, enquanto a França lidera o número de reestatizações no setor de saneamento. E a China, tem nas estatais o instrumento estratégico para o desenvolvimento da economia.

Como quinto desafio está a questão do fim da energia amortizada com preço de energia hidráulica.

O Brasil possui 219 hidrelétricas de grande porte. De acordo com os contratos, 65.000 MW de potência hidráulica estão totalmente amortizadas ou se aproximam para tornar-se amortizadas, como Itaipu e Tucuruí, por exemplo. Ao todo são 72 Hidrelétricas. É necessário recolocar o debate das usinas amortizadas no seu devido lugar. Há enorme potencialidade para uma estratégia de recuperação da economia e para servir a um Projeto estratégico de país.

Os reservatórios hidráulicos, juntamente com o sistema de transmissão interligado, linhas e transformadores, são ativos estratégicos para o processo de transição energética. A incorporação eficaz das novas fontes renováveis intermitentes na matriz (solar, eólica, etc) prescinde de uma base estável de geração, confiável, proporcionada justamente pelos reservatórios hidráulicos e maior coordenação na operação dessas usinas pelo Estado.

A sexta questão é a política nacional de direitos dos atingidos e segurança em barragens.

Existem três questões candentes urgentes: aprovação da Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens (PNAB); a Política Nacional de Segurança das Populações Atingidas em Barragens (PNSAB); e a reforma da política de Compensação Financeira pelo Uso dos Recursos Hídricos (CFURH). No país das hidrelétricas não há direitos aos atingidos pelas usinas e barragens.

i) A PNAB propõe três questões: a) a Política de Direitos; b) o Fundo Nacional; c) as Estruturas de Estado;

ii) A PNSAB é de importância estratégica. Não basta apenas o monitoramento dos riscos de rompimento pelos órgãos de fiscalização. É necessário que as populações atingidas em risco estejam *educadas, treinadas, organizadas e orientadas* adequadamente para procedimento de sua defesa em situação de urgência e necessidade, para garantir a correta evacuação e proteção das famílias e comunidades em risco, sem perdas de vidas e pertences;

iii) A CFURH está sob ataque. A Compensação Financeira é muito inferior e diferente do preço praticado nas usinas, e fundamentalmente, não possui destino adequado para servir ao povo. Corrigir o desvio da lei e reorganizar o destino do valor dos royalties é uma das medidas necessárias;

E por último, necessitará organizar uma adequada estratégia para a perspectiva de demanda internacional de eletricidade renovável.

É forte o debate internacional da transição energética para as energias renováveis. Também, a transição de automóveis a combustão (energia fóssil) para automóveis elétricos já é uma realidade em acelerado processo mundial. Qual o papel do Brasil no mundo e qual a



Plataforma Operária e Camponesa de Água e Energia

nossa estratégia de geração e de política de industrialização nacional, esse é um dos desafios colocados para o futuro.

A Agência Internacional de Energia Renovável (IRENA, 2021) reconhece a enorme potencial de geração de empregos no segmento das fontes renováveis. No entanto, este potencial para ser ampliado exige articulação com adequada política de industrialização nacional ao longo de toda cadeia de valor. A integração entre conteúdo local e emprego local requer esforços em acordos de contratação, desenvolvimento técnico e cooperação e desenvolvimento da capacidade local.

No entanto, a transição energética não deve ser rebaixada apenas à escolha da matriz tecnológica e da melhor estratégia de industrialização. No centro da transição deve ser colocado as bases organizativas de uma nova política energética que garanta soberania, a justa distribuição da riqueza e o controle popular.

2.2- A realidade da Indústria brasileira de petróleo

I. Assim como no setor elétrico, a conjuntura atual no setor petróleo é bem mais complexa que a observada em 2003. Os principais desafios de 2003 passavam pelo fortalecimento da Petrobras por meio do aumento do controle do Estado sobre a companhia, pela retomada dos investimentos da empresa em refino, E&P, infraestrutura de transporte e distribuição de gás natural, pesquisa e desenvolvimento, tudo isso priorizando as aquisições de bens e serviços no mercado nacional. Passavam, também, pela recomposição do quadro de trabalhadores (efetivo) da empresa;

II. No pós golpe contra a Presidenta Dilma Rousseff, a indústria do petróleo no Brasil vem passando por profundas mudanças. Há um processo explícito de desindustrialização da cadeia produtiva, com crescimento das importações e um avanço claro das empresas privadas e dos interesses privados em detrimento de um maior controle do Estado brasileiro e do bem estar da população;

III. O arcabouço institucional adotado para explorar as gigantescas reservas do Pré-Sal, em 2010, vem sofrendo fortes ataques, desde 2016. O fundo Social, que concentraria as receitas da União provenientes da exploração destas reservas e que deveria aplicar a maior parte dos seus recursos em investimentos em educação e saúde, foi e vem sendo continuamente esvaziado. A Petrobras perdeu o direito de ser operadora única da província da região e reduziu drasticamente seus investimentos, inclusive em formação e pesquisa. As empresas internacionais avançaram sobre as reservas; o Congresso Brasileiro discute o fim do Sistema de Partilha e o Governo Federal prepara a Privatização da Pré-Sal Petróleo S.A (PPSA) e sinaliza com a possível privatização da Petrobras;

IV. A Petrobras vem sofrendo fortes ataques mas ainda ocupa papel de destaque na indústria de O&G do Brasil, cumprindo com dificuldade o papel exercido ao longo dos seus quase 70 anos de história de contribuir significativamente para o desenvolvimento econômico e social e a integração nacional, garantindo a produção de óleo e gás (O&G) e o fornecimento de derivados de petróleo em todas as regiões do país. Esse projeto exitoso vem sendo fortemente atacado nos últimos anos. A estratégia de diminuição do tamanho da empresa implantada na década de 90, nos governos Collor e FHC, foi retomada e dinamizada nos últimos anos por meio de dezenas de privatizações em todos os segmentos de atuação da empresa e através da



Plataforma Operária e Camponesa de Água e Energia

concentração de suas atividades no segmento de exploração e produção de O&G em águas ultraprofundas, no polígono do pré-sal, localizado na bacia continental (mar) da região sudeste;

V. Prevalece na empresa a lógica de maximização do lucro de curto prazo, por meio da privatização de unidades estratégicas e da adoção do Preço de Paridade de Importação (PPI). Os vultosos resultados obtidos por conta da redução dos investimentos, da cobrança de preços abusivos e das privatizações de ativos estratégicos permitem a transferência de recursos para fundos de investimento internacionais através do pagamento de gigantescos dividendos. Estas e outras mudanças observadas no período recente colocam alguns importantes desafios na indústria de O&G para um novo governo, em 2023:

O primeiro desafio é acabar com o PPI, reduzindo o preço de derivados importantes como o Gás de Cozinha e o Diesel e reestabelecer a política de dividendos prevista no Estatuto Social da empresa

A política de Preços de Paridade de Importação, implantada pela Petrobras a partir de outubro de 2016, adota nas refinarias da Petrobras os preços praticados em mercados internacionais acrescidos da variação do câmbio, do custo do transporte e outros mais. Apesar do petróleo ser produzido e refinado no Brasil o preço cobrado pela empresa é o mesmo como se estivesse importando os derivados de outros países, principalmente os asiáticos.

O PPI tem impactado fortemente na economia nacional, provocando inflação e penalizando a população, principalmente os mais pobres, tanto pelo impacto no aumento generalizado dos preços, quanto pelos valores exorbitantes cobrados pelos derivados de petróleo no país, com destaque para o diesel e o GLP (gás de cozinha). Nenhum país do mundo autossuficiente em petróleo adota política semelhante. Essa política só beneficia os importadores de combustíveis e os acionistas da Petrobras, em detrimento da população brasileira.

Os gigantescos lucros obtidos pela empresa com o PPI, dentre outros fatores, estão sendo distribuídos para os acionistas por meio de uma Política de Remuneração aos Acionistas que não foi aprovada pela Assembleia, apesar do tema fazer parte do Estatuto Social da empresa. Somente nos últimos 2 anos essa política foi alterada três vezes para beneficiar os acionistas, em detrimento dos investimentos da Petrobras. Estas mudanças permitiram a empresa saltar de uma média de Dividendos que representavam de 25% a 30% do Lucro Líquidos para mais de 100% do Lucro Líquido acumulado no último ano e meio (entre o ano de 2021 e o primeiro semestre de 2022 a Petrobras obteve um Lucro Líquido de R\$ 205,93 bilhões e distribuiu R\$ 237,6 bilhões de dividendos). É urgente rever estas mudanças e fazer cumprir o que está previsto no Estatuto Social da empresa quando do pagamento dos dividendos.

O segundo desafio é a retomada dos ativos estratégicos privatizados, resgatando a atuação de forma integrada e em todo o território nacional

As privatizações recentes de ativos estratégicos, como as plantas de fertilizantes, as companhias de distribuição e revenda de combustíveis, unidades de refino, logística de transferência de gás natural etc, representaram perdas estratégicas para a empresa que trocou resultados futuros por remuneração dos acionistas no curto prazo, colocando em risco sua própria sobrevivência no longo prazo. O resultado é o enfraquecimento da Petrobrás enquanto companhia integrada e conseqüente perda de eficiência.



Plataforma Operária e Camponesa de Água e Energia

É preciso resgatar o papel de empresa integrada, atuando em todos os elos da cadeia produtiva, e presente em todo o território nacional. É necessário rever os processos de privatização de ativos estratégicos realizados pela Petrobras nos últimos anos. Esses processos foram lesivos para a empresa e para o país e só foram realizados para atender aos interesses de poucos grupos privados nacionais, que estão adquirindo os principais ativos privatizados no setor energético como um todo, em um claro processo de concentração de capital, e os interesses, também, dos fundos de investimento internacionais.

O terceiro desafio passa pela recuperação do arcabouço institucional criado para exploração das reservas do pré-sal e pelo controle de 100% da Petrobras pelo Estado Brasileiro.

É preciso recuperar o projeto construído a partir da descoberta do pré-sal. O petróleo e o gás natural são produtos estratégicos, respondem por mais de 50% da energia consumida no mundo e no Brasil não é muito diferente, e essa realidade não deve mudar muito nas próximas décadas, a despeito dos problemas ambientais.

O Estado brasileiro tem que aumentar o controle das suas reservas estratégicas e para isso é importante retomar as bases do projeto que adotou o modelo de partilha no país. O Fundo Social deve ser recomposto e passar a cumprir sua função de financiar investimentos em saúde e educação. A ANP tem que parar com as rodadas permanentes de licitação dos blocos do pré-sal e de áreas consideradas estratégicas. É preciso que a Petrobras volte a ser a operadora única do pré-sal e de áreas consideradas estratégicas e que o Estado controle 100% do capital da empresa, rompendo com os interesses privados na lógica de atuação da companhia.

O quarto desafio é recuperar a capacidade de investir da Petrobras, com a empresa reassumindo seu protagonismo na dinâmica econômica nacional.

A estratégia de rentabilizar o capital implicou em uma queda acelerada dos investimentos na Petrobras. Os investimentos caíram em todos os segmentos da empresa, mesmo em atividades de exploração e produção (E&P) de petróleo e gás natural, e hoje somam menos de 10% das inversões realizadas em 2011, por exemplo. É importante que a empresa retome sua trajetória de expansão priorizando as aquisições de máquinas e equipamentos no mercado interno, atuando para o fortalecimento da indústria nacional e a geração de mais e melhores empregos no Brasil. O País precisa romper com o processo de desindustrialização que vem passando nos últimos anos e a Petrobras, que já respondeu por cerca de 10% do Produto Interno Bruto Nacional (PIB), em 2013, pode exercer papel de destaque nesse processo de uma nova industrialização.

É central, também, que a empresa retome seus investimentos no segmento de refino, garantindo a auto-suficiência do país no abastecimento de derivados. Enquanto esta auto-suficiência não for alcançada é importante que a Petrobras volte a importar derivados, principalmente diesel e gás de cozinha, para garantir o abastecimento do mercado nacional.

É preciso que a empresa volte a investir na produção de energias renováveis, contribuindo para a oferta de energias com menor impacto ambiental e se preparando para o futuro descarbonizado. O hidrogênio verde é cada vez mais uma realidade e com a eletrificação dos carros se a empresa ficar fora deste mercado pode estar sacrificando sua sobrevivência no médio/longo prazo.

A Petrobras deve voltar a investir na produção do biodiesel, garantindo à agricultura familiar papel central no fornecimento da matéria-prima.



Plataforma Operária e Camponesa de Água e Energia

A quinta questão estratégica para o novo governo envolve a retomada do financiamento e reconstrução da rede de formação, pesquisa e desenvolvimento na Petrobras.

Desde seus primeiros passos, em 1954, uma das marcas registradas da Petrobras era o investimento na formação de seus empregados e na pesquisa para o desenvolvimento de suas atividades. A Universidade Petrobras era uma referência internacional e formou milhares de trabalhadores. Sem sua universidade, a Petrobras não teria os trabalhadores capacitados a furar um poço de sete mil metros de profundidade, passando por uma camada de sal de dois mil metros e altamente instável, e com isso descobrir as gigantescas reservas do pré-sal. Foi essa formação que permitiu a Petrobras ser referência no mundo na produção de O&G em águas ultraprofundas, respondendo por mais de 30% da produção mundial neste segmento.

Mas a Universidade Petrobras perdeu completamente seu protagonismo no período pós golpe, a maior parte de suas unidades e de suas atividades foram encerradas com o discurso de redução de custos. A formação dos trabalhadores, que era tratada como uma prioridade, foi fortemente terceirizada e relegada a um quinto plano, e todo saber acumulado em 65 anos de história de funcionamento pleno vem sendo paulatinamente perdido. A formação contínua dos trabalhadores foi descontinuada e os novos funcionários recebem uma formação aquém das necessidades e desafios e preponderantemente realizada por empresas terceiras.

Mas o ataque não ficou restrito a Universidade Petrobras, as pesquisas desenvolvidas nos laboratórios da empresa, Cenpes, São Mateus do Sul (SIX) e na Refinaria Potiguar Clara Camarão/RN (RPCC), foram reduzidas ou mesmo descontinuadas. A rede de pesquisas com as universidades brasileiras, principalmente as públicas, potencializadas nos anos dos governos do PT, foram desarticuladas e os seus financiamentos diminuíram, comprometendo a rede de inovação, pesquisa e desenvolvimento tecnológico.

É preciso resgatar a Universidade Petrobras assim como os investimentos na rede de pesquisa e desenvolvimento envolvendo as universidades brasileiras. Sem isso o futuro da empresa será muito menos exitoso e o país perderá uma das suas redes de excelência na produção de conhecimento, inovação e formação, fundamentais para um novo ciclo sustentável de crescimento e desenvolvimento econômico.

O sexto desafio passa pela revisão do papel e das decisões dos órgãos de regulação, controle e fiscalização afins ao setor petrolífero nacional

As mudanças lesivas perpetradas na indústria de O&G no Brasil nos últimos anos foram potencializadas e ou mesmo conduzidas ou contaram com o apoio estratégico dos órgãos de regulação, controle e fiscalização, com destaque para o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) e da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

É necessário reestruturar estas instituições, garantindo representação da sociedade civil nas suas instâncias de decisões de forma a garantir que prevaleçam os interesses coletivos em detrimento dos interesses privados nas suas decisões.

Além da revisão de suas funções e dos processos internos de decisão, medidas lesivas aos interesses da sociedade, como os Termos de Compromisso de Cessação (TCC) assinados entre o CADE e a Petrobras, as resoluções do CNPE referentes à privatização das refinarias da Petrobras e a adoção das rodadas permanentes de venda de blocos para E&P por parte da ANP assim como a redução dos Royalties para beneficiar os novos proprietários dos campos de produção privatizados devem ser revistas.



Plataforma Operária e Camponesa de Água e Energia

O sétimo e último dos desafios em destaque aqui envolve a revisão da estrutura tributária do setor, que passa por reformas que permitam a potencialização das atividades da indústria e ao mesmo tempo a maximização da renda do Estado

Em primeiro lugar, é necessária uma revisão imediata do Regime Aduaneiro Especial para a Indústria do Petróleo – Repetro. Este regime foi criado em 1999, quando o preço do barril de petróleo estava próximo de US \$20,00, muito abaixo dos US \$100,00 atuais. Concebido originalmente para durar até 2005, o REPETRO foi prorrogado em um primeiro momento até 2020, e mais recentemente até 2040, fazendo do benefício temporário algo quase permanente, com forte impacto positivo no fluxo de caixa livre das empresas, em detrimento da arrecadação dos estados e da indústria nacional.

O segundo item referente às questões tributárias afetas à indústria de O&G diz respeito especificamente à tributação da renda das empresas que produzem petróleo sob o regime de partilha da produção.

A medida provisória 795, transformada na lei 13.586, de 2017, regulamenta, dentre outros temas, a isenção de impostos federais no segmento de E&P. O seu parágrafo primeiro trata de um assunto que não guarda nenhuma relação com o regime especial aduaneiro para as empresas petrolíferas do segmento de E&P – REPETRO. Este parágrafo dispõe acerca dos custos e despesas que poderão ser deduzidos para fins do cálculo do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) na indústria do petróleo. O Caput dele é destacado a seguir: Art. 1º Para fins de determinação do lucro real e da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), poderão ser integralmente deduzidas as importâncias aplicadas, em cada período de apuração, nas atividades de exploração e de produção de jazidas de petróleo e de gás natural, (...).

As regras definidas acima são aplicáveis nos três regimes de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural vigentes no Brasil: sistema de concessão; concessão onerosa e partilha da produção.

A utilização da prática fiscal destacada no caput acima nos contratos de partilha da produção gerou um forte debate quando da edição da medida provisória e posterior tramitação dela no Congresso Nacional. O contrato de partilha da produção estabelece que a empresa ou o consórcio de empresas responsável por determinada área seja ressarcido dos custos envolvidos no processo de exploração, desenvolvimento e produção se tiver sucesso na exploração e no desenvolvimento do campo, passando para a fase de exploração econômica dele. Este processo de ressarcimento se dá por meio da apropriação de uma parcela da produção, denominada Custos em Óleo. Ou seja, o consorciado é ressarcido de seus custos por meio do Custos em Óleo. Assim sendo, qual o sentido de permitir que ele desconte da base de cálculo do IRPJ e da CSLL os custos e despesas envolvidos na atividade, uma vez que ele já foi compensado dos mesmos? Há claramente aí uma dupla contagem em benefício da empresa ou consórcio de empresas contratado que envolverá a renúncia de centenas de bilhões de reais por parte do Estado, no longo prazo.

2.3- A realidade da água e saneamento

A partir de 2003, primeiro ano do governo Lula, o saneamento básico, notadamente os serviços de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgotos passaram a ocupar papel de destaque entre as políticas públicas.



Plataforma Operária e Camponesa de Água e Energia

Um dos primeiros atos do governo foi a liberação de recursos para o setor bloqueados durante os governos Fernando Henrique Cardoso. De 2003 a 2005 foram contratados R\$ 4 bilhões em financiamentos com prestadores de serviços de saneamento.

De 2003 a 2017 por meio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) 1 e 2 foram contratados mais de R\$ 166,1 bilhões, sendo que R\$ 82,5 bilhões foram recursos do Orçamento Geral da União (OGU), ou seja, recursos públicos a fundo perdido, para municípios mais pobres. Há muito tempo na história do País o setor de saneamento não recebia uma soma tão grande de recursos. Forte investimento de recursos do Estado foi uma das características deste período.

Os governos democráticos e populares iniciados com Lula presidente, deram centralidade a garantia do controle e participação social. Logo no mês de maio de 2003 o governo edita decreto que convoca a I Conferência das Cidades, realizadas entre os dias 23 e 26 de outubro do mesmo ano.

No campo da legislação o governo lula retira o setor do “vazio institucional” que vivenciava desde meados da década de 1980. É no âmbito da I Conferência das Cidades, que se iniciam os estudos e os debates sobre as premissas do Projeto de Lei nº5.296 de 2005 que se transformou na Lei Nacional de Saneamento 11.445 aprovada em 2007, que definiu as diretrizes para universalização do saneamento no Brasil. Participaram das discussões na conferência 320 mil pessoas, em 3.457 conferências municipais, 26 conferências estaduais, na Conferência do Distrito Federal e na Conferência Nacional.

É também nos governos democráticos e populares que o planejamento é retomado. Foi construído o “Pacto pelo Saneamento Básico” que tem como resultado a elaboração, em 2013, do Plano Nacional de Saneamento (PLANSAB), que apresentou propostas de universalização do acesso aos serviços de saneamento nas áreas urbanas, nos assentamentos precários e nas áreas rurais, com estimativas de investimentos em ações estruturais e estruturantes.

Todos os avanços conquistados pelo setor começam a desmoronar em 2016 a partir do golpe contra a Presidenta Dilma Rousseff. O capital financeiro internacional e seus associados locais, com apoio da mídia corporativa, do judiciário e grande parte do parlamento brasileiro, que orquestraram o golpe, operam uma forte ofensiva para estabelecer a propriedade privada da água e dos serviços de saneamento.

No mesmo dia da abertura do processo de impeachment da Presidenta Dilma, (12/05/2016), Michel Temer assina a medida provisória nº 727, criando o PPI - Programa de Parcerias de Investimentos com o objetivo de “...ampliar e fortalecer a interação entre o Estado e a iniciativa privada por meio da celebração de contratos de parceria e de outras medidas de desestatização...”. Essa MP 727 é convertida na Lei nº 13.334, de 13 de setembro de 2016.

A partir daí se retoma o ataque neoliberal às políticas e empresas públicas em geral, e ao saneamento em particular.

Sobre falsas premissas incorporando a narrativa do capital e da imprensa corporativa o governo passa a trabalhar no desmonte do marco legal que fortalecia os serviços públicos, os municípios e o controle social. Envia para o congresso a Medida Provisória nº 844, em julho de 2018 e a Medida Provisória nº 868, de dezembro de 2018.

A mobilização, organização e articulação dos trabalhadores e trabalhadoras do setor de saneamento, representados(as) pela Federação Nacional dos Urbanitários (FNU), que passaram a atuar diuturnamente no Congresso Nacional com representantes de movimentos populares, derrotaram as duas MPs. Porém, diante da resistência popular, Tasso Jereissati, porta voz dos privatistas, apresenta o PL 3.261/2019 que depois é apensado a um PL do governo e que veio a ser aprovado em junho de 2020 e passou a ser a Lei 14.026 de 2020.



Plataforma Operária e Camponesa de Água e Energia

Desde então o governo vem provocando um sufocamento das empresas públicas de saneamento e impondo o monopólio do saneamento ao setor privado. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), passou a ser uma agência de modelagem e financiadora das privatizações no Brasil.

As três principais experiências de privatização ocorreram no Rio de Janeiro, Amapá e Alagoas. As consequências são trágicas: o povo fica proibido do direito à água e passa a prevalecer o acesso pelo poder econômico de cada um. Onde é privatizado acontece aumento abusivo de tarifas, exclusão da tarifa social, continuidade de cortes durante a pandemia da Covid 19 e impedimento de participação e do controle social, racionamentos, queda na qualidade, contaminações, ausência de investimentos, financeirização, superendividamento. O centro é a busca pelo lucro e remessas de dividendos abusivos no curto prazo. Mas no médio prazo é a falência completa do sistema como tem sido denunciado na Grã-Bretanha e em vários países pelo mundo.

Cerca de 80% do setor privado, que atuam no Brasil, são controlados por fundos de investimentos internacionais principalmente de Singapura e Canadá. Transformam sua operação no saneamento no País em possibilidades de remessa de lucros para suas sedes no exterior. Só visam o lucro e a rentabilidade, não atuam nas áreas mais pobres como nas periferias das grandes cidades, nas favelas, nos morros e nas áreas rurais. Usam o instrumento de maior outorga nos leilões de privatização para repassar dinheiro para governadores e prefeitos que não destinam ao saneamento.

A última grave investida do Governo Federal se deu sobre as águas superficiais e subterrâneas, através do chamado novo Marco Hídrico (projeto de lei nº 4.546/21), enviado pelo governo Bolsonaro ao Congresso em dezembro de 2021 e tramitando em regime de prioridade para apreciação de comissões da Câmara dos Deputados, que coloca em risco o direito humano fundamental de acesso à água. Isso porque, se o projeto for aprovado, favorecerá o domínio das águas pela força privadas ou das armas, destruirá um vigoroso sistema de governança e aumentará a exclusão, deixando de fora a parcela mais pobre e vulnerável da população. Os mesmos grupos que patrocinaram o golpe são os mesmos que estão apoiando esse projeto e estiveram no centro da organização do Fórum Mundial da Água (FMA) realizado em 2018 em Brasília e em 2022 em Dakar. E são, em grande parte, os mesmos que promoveram a privatização da Eletrobrás. O projeto de privatização em curso prevê o controle político e econômico das águas – das nascentes, rios, reservatórios, aquíferos, para viabilizar o chamado “mercado mundial de água” e a financeirização completa deste setor. O objetivo não é a universalização e nem melhorar a qualidade, mas estabelecer a precificação para gerar lucro e acumulação de capital.

3. IDEIAS CENTRAIS PARA UMA POLÍTICA ENERGÉTICA SUPERIOR

O problema central na energia é a política energética. É necessário realizar mudanças profundas, superar o debate restrito de escolha da melhor tecnologia, apesar de sua importância. É necessário ampliar o controle popular para incidir decisivamente no planejamento, na organização e controle da produção e distribuição da energia, na distribuição da riqueza gerada e no controle sobre as reservas estratégicas de base natural vantajosa.

Para um Projeto Energético Popular é questão central o exercício pleno da soberania sobre a energia elétrica e sobre o petróleo brasileiro. As novas mudanças na política energética devem ser orientadas para:



Plataforma Operária e Camponesa de Água e Energia

1. **Buscar o controle integral, 100% público**, sobre a base natural (água, pré-sal, urânio,...), sobre as empresas estatais e sobre as unidades de produção da indústria de eletricidade e da indústria de petróleo brasileiro. Reaver o que foi privatizado e realizar transformações profundas nas estruturas e instâncias institucionais no Estado Brasileiro, para ampliação da democracia, participação e controle popular nas decisões da política energética nacional;
2. Que o **produto excedente da energia tenha pleno controle e destino social**, para buscar alto grau de desenvolvimento humano, saúde e educação pública, geração de postos de trabalho, articulado com a melhor política de valorização e garantia dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras e das populações atingidas;
3. Que se **realize mudanças políticas e institucionais de Estado** profundas para superar o modelo de mercado no setor elétrico e no petróleo e permitir a construção da melhor organização da indústria de energia, inclusive com a melhor política de industrialização em território nacional;
4. Que se adote a **economia da energia** como contraponto à lógica do consumo exacerbado e da escassez produzida;
5. Que através da **pedagogia do exemplo** de nossas categorias e de nosso país, se fortaleça a prática da integração, do internacionalismo e solidariedade entre os povos;
6. Que se construa um **elevado grau de educação, organização e mobilização** para garantir amplo conhecimento e transparência de toda questão energética, para garantir o protagonismo do povo brasileiro na política energética nacional;

4. PROPOSTAS PRINCIPAIS PARA ENERGIA

1. Ampliar o conhecimento, a democracia, a participação e o controle popular nas decisões sobre a política energética nacional:

a. Ampliar a participação dos trabalhadores e trabalhadoras na política energética nacional, prioritariamente nas estruturas estratégicas de Estado e nas empresas. Em especial no planejamento e na organização da produção e distribuição da energia (da riqueza produzida) e nas instituições políticas de Estado que cumprem papel importante, como o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), Empresa de Pesquisa Energética (EPE), empresas estatais, agências reguladoras, Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), entre outros;

b. Promover ampla educação e debate nacional com o povo brasileiro sobre as grandes questões energéticas do país, com mecanismos de plebiscito popular, referendo popular, conferências populares, audiências públicas adequadas, capacitações, seminários, programas, entre outros;

c. Promover ampla transparência de informações, do banco de dados, dos financiadores, dos controladores e dos contratos da questão energética nacional;

2. Realizar mudanças para superar o modelo energético de mercado:



Plataforma Operária e Camponesa de Água e Energia

- a. Realizar mudanças nas atuais instituições políticas de Estado e leis, a começar pelas agências reguladoras (ANEEL, ANP e ANA) e organismos como CNPE, ONS, CCEE, EPE, CADE, etc,** as quais organizam, regulam e reproduzem as cadeias industriais energéticas. O centro da reforma é a superação do modelo de mercado, com o objetivo de garantir e atender os interesses dos trabalhadores e trabalhadoras. Nas agências reguladoras, garantir um modelo público de regulação, com mecanismos de participação e decisão popular eficientes em todos os processos sobre os serviços públicos;
- b. Ampliar o controle do Estado sobre os preços da energia** elétrica, gás de cozinha, combustíveis, água e esgoto com base nos custos brasileiros de produção dos sistemas energéticos (não internacional), por meio de mecanismos legais e/ou administrativos;
- c. Fim do ambiente de contratação livre no setor elétrico, a começar pelo fim da atual política do PLD (preço de liquidação das diferenças),** principal fonte de especulação sobre os consumidores cativos, instrumento para impedir a redução das tarifas e mecanismo de transferência de riqueza para os grandes conglomerados internacionais exportadores de produtos de alta densidade energética. É preciso levar em consideração o custo real de produção de cada fonte;
- d. Ampliar o controle da Petrobrás sobre o preço dos combustíveis e do gás de cozinha,** para sua redução, combinada com o aumento da carga processada no refino – é preciso acabar com a atual política de reajustes dos derivados de petróleo, com o fim da paridade de importação dos preços e reajustes diários que vêm ocorrendo. Além disso, é preciso retomar a produção interna de derivados, aumentando as cargas nas refinarias da Petrobrás e reduzindo as importações;
- e. Estabelecer um Plano Quadrienal de desenvolvimento energético** coordenado por um comitê interministerial com participação social e a Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST) que: a) Garanta a segurança e autossuficiência energética com a progressiva diversificação da sua matriz no médio e longo prazo; b) Associe o desenvolvimento da exploração e produção de petróleo e gás natural com outras fontes de energia e; c) Apoie o desenvolvimento de novas cadeias produtivas e instituições de inovação; d) Assegure que a exploração e produção de petróleo e gás natural estejam condicionadas às metas expostas nos Planos Quadrienais e à capacidade da indústria nacional para o fornecimento de bens e serviços por fixação de conteúdo local;
- f. Retomar os investimentos da Petrobrás como uma empresa integrada,** além de reforçar sua atuação em outras fontes de energia alternativa, contemplando: i) A atuação em todas as atividades de Exploração e Produção (E&P), inclusive a perfuração; iii) A recuperação da produção nos campos terrestres; iii) A finalização da construção das refinarias e aumento da sua participação no segmento de distribuição; iv) O protagonismo da Petrobras no desenvolvimento do pré-sal; v) O desenvolvimento dos renováveis e das áreas de gás e energia;
- g. Que a totalidade da contratação de energia seja através do ambiente de contratação regulado,** levando em consideração o custo de produção real do sistema elétrico brasileiro;
- h. Fim da política de “preço-teto” como mecanismo para a garantia da eletricidade como commodity.** Em substituição, adotar uma política de preço baseada no custo real de produção da energia do Brasil;
- i. Garantia de 100% de contratação da energia elétrica para as distribuidoras;
- j. Fim das “comercializadoras” de energia elétrica,** instrumentos da especulação que atuam como paraísos fiscais, retomando o controle total do Estado;
- k. Garantir o **Operador Nacional do Sistema (ONS) sob controle total do Estado,** que pelo seu caráter estratégico e importância nacional, deve ser transformado numa empresa pública.



Plataforma Operária e Camponesa de Água e Energia

Assim também deve ser retomado o controle pleno do Estado sobre a **Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)**;

3. Fortalecer as empresas estatais com caráter público:

a. Reaver o privatizado e cobrar indenização por receptação de patrimônio público.

Revogar todas as medidas do governo que privatizou empresas, entregou reservas estratégicas, transferiu riqueza e patrimônio público aos grupos empresariais estrangeiros estatais e privados no setor elétrico e petróleo. Além de reaver todo patrimônio transferido ao capital, responsabilizar os que promoveram a pilhagem e cobrar indenização pela receptação de patrimônio público de todos envolvidos no saqueio;

b. De imediato reverter a privatização da Eletrobrás, BR Distribuidora, Liquigás, Refinarias, Gaspetro e das SPEs que o Estado detinha controle;

c. Participação maior do Estado no controle das estatais e da energia: política de fortalecimento e participação cada vez maior do estado no controle das estatais e das reservas energéticas, como instrumento principal para o desenvolvimento da indústria de petróleo e eletricidade, com adequada transparência e prestação de contas ao povo brasileiro;

c. Defender e consolidar o modelo de partilha - como principal modelo de produção a ser adotado em toda exploração de petróleo, com a Petrobrás como operadora única no pré-sal - e avançar para o objetivo maior, assegurando o monopólio estatal sobre a energia com fim das concessões. Sobre o petróleo e gás, garantir o monopólio por meio da Petrobrás 100% pública e que os excedentes das atividades tenham destinação social para resolver os grandes problemas do povo brasileiro. Ainda na estratégia de fortalecer o modelo de partilha, manter a Pre-Sal Petróleo S.A. (PPSA) como empresa 100% pública, com maior transparência e controle da sociedade, garantindo que seus resultados sejam transferidos para o Fundo Social para financiar os investimentos em saúde e educação;

d. Garantir a Petrobrás, Eletrobrás e demais estatais sem venda de capital, privatização ou fatiamento. Como empresas estatais de caráter público, indutoras do desenvolvimento com soberania nacional, combate as desigualdades regionais, valorização do trabalho e ampliação do conhecimento tecnológico acumulado;

f. Estatização das usinas amortizadas e com concessões vencendo, garantindo 100% controle estatal e destino social dessa energia de baixo custo, com preservação (e ampliação) integral dos ganhos e dos empregos dos trabalhadores. **g. Participação majoritária das empresas estatais nos consórcios de energia;**

h. Recuperar o CEPEL, CENPES e garantir o controle da pesquisa e conhecimento das estatais sob controle do Estado, sem privatização;

4. Pela energia para educação, saúde, emprego e direitos:

a. Garantir um intenso debate nacional de conhecimento e educação da população brasileira sobre a questão energética nacional com ênfase na questão do petróleo (pré-sal) para a educação, saúde, empregos e direitos;

b. Garantir o uso dos recursos da energia (royalties e fundo social) para uma educação gratuita, universal e de qualidade. Para que toda a riqueza produzida com o petróleo, principalmente com o pré-sal, e nas usinas hidrelétricas sejam destinados para investimento em educação e saúde pública, direitos e geração de postos de trabalho para o povo brasileiro;

c. Revogar a Emenda Constitucional 95 para garantir os 10% do PIB para Educação;

5. Melhorar as condições de trabalho e valorização dos trabalhadores e trabalhadoras:



Plataforma Operária e Camponesa de Água e Energia

- a. **Respeito e valorização dos trabalhadores e trabalhadoras do setor energético e da construção das obras**, oferecendo melhores condições de trabalho e ganho da categoria, com ampliação dos direitos e conquistas;
- b. **Fim da terceirização e precarização das condições de trabalho e a responsabilização integral das empresas que adotam tais procedimentos**, com garantia à igualdade de direitos para os trabalhadores que se encontrarem terceirizados e equiparação às melhores condições existentes no setor;
- c. **Desenvolver uma política adequada de saúde e segurança dos trabalhadores/as** com capacitação, prevenção de acidentes, fiscalização, aprimoramento da legislação e instrumentos normativos e pronta-resposta em caso de acidente;
- d. **Rever a metodologia de reajuste e revisão tarifária** adotada pela ANEEL que tem como fundamento a precarização do trabalho;
- e. **Eliminar o conteúdo do parágrafo 1º do artigo 25 da lei 8.987/95**, que trata da contratação de serviços terceirizados pelas concessionárias;
- f. Promover a negociação com as entidades sindicais através da Mesa Nacional do Setor do Petróleo, com foco nas condições de segurança, efetivo e a representação sindical;
- g. **Garantir direitos iguais aos trabalhadores/as das áreas de engenharia**, com valorização e contratação dos profissionais nacionais, aproveitamento na formulação de políticas públicas, abertura de postos de trabalho em concursos nas instituições de Estado (federais, estaduais e municipais), com políticas de industrialização em território nacional, garantindo prioridade no aproveitamento técnico e científico destes profissionais;

6. Garantir os direitos e a segurança das populações atingidas:

- a. **Instituir imediatamente a Política Nacional de Direitos dos Atingidos por Barragens (PNAB)**, garantindo sua aplicação integral. A PNAB pressupõe aprovação da *Política de Reparação de Direitos* (reposição, indenização e compensação); a criação do Fundo Nacional de Financiamento para viabilizar os *Planos de Recuperação e Desenvolvimento* das comunidades e municípios atingidos, custear parcelas da política nacional de direitos e resolver determinados *passivos sociais* que as empresas não resolveram; e a criação de um Organismo de Estado para *gestar, fiscalizar e implementar* essa política, sem terceirização;
- b. **Instituir a Política Nacional de Segurança dos Atingidos**: É dever do Estado a criação das condições necessárias – financeiras, estruturais e legais – para que as populações em risco tenham uma Política Nacional de Orientação e Proteção à Vida das Populações Atingidas pelas Obras, para prevenir e reparar as vítimas e evitar que Mariana, Brumadinho e Aurizona se repitam;
- c. **Reorganizar a Compensação Financeira em usinas**: Corrigir o desvio da lei e reorganizar o destino do valor dos royalties e das compensações financeiras para destinação aos atingidos e financiamento dos planos de recuperação das regiões atingidas;

7. Recuperar e desenvolver a industrialização de toda cadeia energética em território nacional:

- a. **Retomar a política de conteúdo local** como parte integrante de uma política nacional de reindustrialização nacional, adequada ao ritmo da capacidade de desenvolvimento da produção nacional de petróleo, com adequada fiscalização e aplicação integral. Para que a **indústria de petróleo** se projete e se desenvolva como indústria soberana. Para tal é necessário desenvolver de forma integrada e articulada a cadeia industrial toda, especialmente a Produção de Petróleo e Gás, a indústria de Refino, de Fertilizantes agrícolas, a Química e Petroquímica e a



Plataforma Operária e Camponesa de Água e Energia

recuperação da indústria Naval - para produção de embarcações, sondas, plataformas e todo fornecimento de máquinas e equipamentos. Também é necessário que as medidas sejam estendidas ao **setor elétrico nacional** e a um melhor e novo **sistema de transporte de mercadorias e pessoas**;

b. Perseguir e avançar para plena soberania tecnológica e no desenvolvimento das forças produtivas, via Petrobrás, Estatais, CEPEL, CENPES e Centros de Pesquisas das universidades públicas para superar a lógica desigual da exportação de produtos de alta densidade energética e importação de produtos de alta densidade tecnológica;

c. Pesquisa, inovação e desenvolvimento tecnológico: aumentar o conhecimento do potencial petrolífero brasileiro, quantificando e qualificando as diversas bacias sedimentares e seu potencial exploratório de forma precisa, com pesquisas, estudos, inventários e avaliações adequadas;

d. Garantir a continuidade de investimentos públicos e o financiamento para programas especiais nas áreas com menor volume de produção e extração de petróleo, sobretudo em campos terrestres no Nordeste, como ferramenta para desenvolvimento e superação das desigualdades e geração de empregos;

e. Projetos de Eficiência e Pesquisa Energética Popular: Estabelecer que parcelas dos recursos dos Programas de P&D (Pesquisa e Desenvolvimento) e dos PEE (Eficiência Energética) tenham destinação para projetos de caráter popular nas áreas de energia, nos moldes do Projeto Veredas Sol&Lares/MG;

8. Garantir financiamento público, transparência e controle social do BNDES:

a. Financiamento do BNDES para as empresas estatais. Que o BNDES retome o financiamento das empresas públicas de forma irrestrita e direta, adotando critérios rígidos de contrapartida para garantir os direitos e o melhor tratamento relacionado aos impactos sociais, ambientais e trabalhistas em todos os projetos financiados;

b. Garantir a transparência e o acesso irrestrito ao conjunto das informações das instituições públicas de financiamento, com ampliação da participação e o controle social;

9. Transição Energética com cuidado ao meio ambiente e minimização dos impactos sociais e ambientais:

a. Realização de todas as ações prévias aos investimentos, para evitar, prevenir e minimizar ao máximo os impactos sociais e ambientais dos empreendimentos;

b. Realização de consultas com moradores das áreas ameaçadas por empreendimentos bem como outros setores da sociedade para a construção da melhor política de intervenção nas obras previstas;

c. Estímulo à participação da população local no planejamento, execução e fiscalização das obras e atividades sociais e ambientais necessárias nos empreendimentos, estimulando que as pessoas decidam e reorganizem o seu ambiente de vida;

d. Amplo programa de educação ambiental visando a maior conscientização da população quanto ao uso racional da energia e seus derivados, bem como socializando e incentivando as boas práticas já comprovadas de preservação ambiental;

e. Incentivar a realização de galerias subterrâneas para a condução do gás, energia, água e telecomunicações, retirando gradualmente das ruas o emaranhado de fios e postes que hoje poluem visualmente as cidades, além de serem potenciais causadores de acidentes;

f. O fomento aos biocombustíveis não pode ser realizado sem uma reflexão profunda sobre a centralidade da produção de alimentos e o cuidado à legislação ambiental, assim como da



Plataforma Operária e Camponesa de Água e Energia

recuperação dos órgãos ambientais no país. Assistimos a recordes crescentes de desmatamentos e queimadas que estão ocorrendo em conjunto com um processo de concentração fundiária, inclusive com a privatização das florestas. A intensificação da produção de biocombustíveis não pode dialogar com esse processo e nem com os interesses dos grandes latifúndios monocultores, tendo que ter como base o fornecimento de matéria-prima por parte da agricultura familiar;

g. Mudar a matriz de transporte nacional. O Brasil é um país de dimensões continentais em que a logística e transporte de pessoas e mercadorias são extremamente relevantes. Nossa matriz de transporte é baseada no transporte rodoviário e altamente carbonizada. É preciso mudar isso. O exemplo da China, que em menos de 20 anos interligou todo o país por meio de modernas ferrovias movidas a eletricidade, deve ser seguido. Um plano de interligação nacional por meio de modernas ferrovias movidas a eletricidade tem o potencial de gerar milhares de empregos, diminuir os impactos ambientais e fomentar a integração e o desenvolvimento do país;

10. Garantir que a água seja um direito, não uma mercadoria:

a. Proibir o estabelecimento da propriedade particular e a precificação da água dos reservatórios, rios e demais potenciais. A água deve ser reconhecida e tratada como um direito e não mercadoria. Somos contrários às diversas estratégias presentes e futuras de privatização e apropriação privada sobre a água, e defendemos seu caráter público, comunitário e popular. A água é do povo e por ele deve ser controlada, preservada e gerida para as necessidades da vida;

b. Garantir a política nacional de saneamento básico de caráter público e integrado considerando a gestão associada dos serviços públicos, visando garantir a universalização e qualidade dos serviços ao povo brasileiro no abastecimento de água, esgotamento sanitário, manejo de águas pluviais e de resíduos sólidos;

c. Garantir o acesso à água limpa e segura e ao esgotamento sanitário como um direito humano fundamental, onde todas as pessoas devem ter acesso garantido durante 24 horas por dia em 365 dias por ano, em quantidade e qualidade adequada;

d. Aprovar integralmente a PEC 02/2016 que insere o saneamento básico como direito social no art. 6º da Constituição Federal e adotar uma política de saneamento com as seguintes orientações:

- A Política Pública de Saneamento Básico deve ter como premissa que garantir abastecimento de água e esgotamento sanitário relaciona-se a garantia do direito à vida. O contrário disso significa violação grave dos direitos humanos;
- Todas as pessoas, independentemente da capacidade de pagamento, das condições e do local de moradia como assentamentos informais, e das áreas rurais devem ter garantido o acesso a esses serviços;
- **É preciso estabelecer políticas para além do domicílio**, ou seja, garantir água, acesso a banheiro público e equipamentos de higiene para as pessoas que vivem e trabalham nas ruas;
- **Reorientar as linhas de financiamento de bancos**, fundos públicos e financiamentos internacionais garantidos pela União – que atualmente induzem à privatização dos serviços – para fortalecer a prestação de serviços por entidades públicas; sobretudo a utilização de recursos do OGU;
- **Instituir o Fundo Nacional para Universalização do Saneamento**, gerido pelo Ministério das Cidades e Conselho Nacional das Cidades, voltado à universalização dos serviços,



Plataforma Operária e Camponesa de Água e Energia

conforme as ações previstas no PLANSAB e nos plano regionais e municipais, incluindo a drenagem urbana, os resíduos sólidos e o Saneamento Rural;

- **Promover uma ampla revisão da Lei 14.026 de 2020**, que busca criar o monopólio privado da prestação dos serviços de saneamento, para restabelecer a gestão associadas de serviços públicos com a retomada do contrato de programa, e o fortalecimento das empresas públicas;
- **Restabelecer os instrumentos de participação e controle social** como o Conselho das Cidades e as Conferências das Cidades;
- **Estender o benefício da tarifa social** de prestação de serviços de saneamento para as famílias inscritas no CadÚnico e no Benefício de Prestação Continuada (BPC) ou em outros programas assistenciais de renda, como já ocorre no setor de energia;
- **Implantar o Programa Nacional de Saneamento Rural**, com atendimento a assentados, atingidos por barragens e populações originárias ou tradicionais, com tecnologias adequadas às culturas locais;
- **Reativar e impulsionar o Programa 1 Milhão de Cisternas** na região do semiárido;
- **Retirar do Congresso Nacional o chamado “novo Marco Hídrico”** (Projeto de Lei nº 4.546/21), que cria o mercado da água;
- **Apoiar a aprovação do PL 1922 de 2022** que altera a Lei n.º 11.445, de 5 de janeiro de 2007 (Lei de Saneamento Básico), para garantir o acesso à água potável e ao esgotamento sanitário como direitos humanos;
- **Criar o programa “Sede Zero”** como forma de garantir o acesso pleno à água a todo povo brasileiro tendo como premissa a prestação dos serviços por órgãos públicos e com a retomadas de financiamento com recursos do OGU para os municípios mais pobres;

11. Adotar medidas de grande alcance popular e economia de energia:

a. **Propor medidas de caráter popular para o gás de cozinha e tarifas de energia** elétrica, que atinjam porções significativas da sociedade, principalmente através de políticas de controle e redução de tarifas;

b. **Desenvolver uma campanha nacional para incentivar a economia de energia**, oferecendo à população benefícios através da redução de tarifas, programas de aquecimento solar de água, capacitação, etc.;

c. **Universalizar o acesso gratuito à banda larga via rede elétrica**. Acesso gratuito de sinal de internet e telefone para toda população como política pública, através da utilização da fibra ótica das linhas de transmissão de energia, possibilitando a transmissão de dados e informações via rede;

d. **Avançar na pesquisa e ampliação de fontes de energia mais limpa** e em medidas de economia, uso racional e redução gradativa do uso das fontes mais poluidoras, visando adequada sustentabilidade ambiental;

12. Pela integração energética solidária da América Latina:

a. **Desenvolver a integração energética solidária com respeito à autodeterminação dos povos**, em especial dos processos produtivos, organizativos e das lutas populares na busca no mais alto grau de desenvolvimento humano;

13. Fortalecer a soberania alimentar e a produção de alimentos saudáveis pelo campesinato:



Plataforma Operária e Camponesa de Água e Energia

- a. **Desenvolver e fortalecer a soberania e a indústria estatal de produção de fertilizantes**, com prioridade para a soberania alimentar e a produção de insumos demandados pelo campesinato na produção de alimentos saudáveis;
- b. **Exercer a soberania nacional sobre as terras e bens naturais** garantindo prioridade da produção de alimentos saudáveis sobre os processos de produção de agroenergia;
- c. **Incentivos para o fortalecimento do campesinato e a produção de alimentos** saudáveis através de programas de autonomia energética e adequados incentivos como redução de tarifas, política social de oferta de combustíveis e fertilizantes naturais.

Brasil, semana da Pátria, 2022.

¹ **Membros da POCAE:** AEEL – Associação dos Empregados da Eletrobrás; CNE – Coletivo Nacional dos Eletricitários; CNTE – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação; CNU - Confederação Nacional dos Urbanitários; CNM – Confederação Nacional dos Metalúrgicos; FTIUESP - Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas do Estado de São Paulo; Federação Regional dos Urbanitários Centro-Oeste; FISENGE - Federação Interestadual de Sindicatos de Engenheiros; FNU - Federação Nacional dos Urbanitários; FRUNE - Federação Regional dos Urbanitários do Nordeste; FSU - Federação Regional dos Urbanitários do Sul; FTUN - Federação dos Trabalhadores Interestadual Urbanitários do Norte; FUP - Federação Única dos Petroleiros; Sindipetro AM; Sindipetro CE/PI; Sindipetro RN; Sindipetro PE; Sindipetro BA; Sindipetro MG; Sindipetro ES; Sindipetro Caxias; Sindipetro NF; Sindipetro Unificado SP; Sindipetro PR/SC; Sindipetro RS; SINTERN; INTERCEL; INTERSUL; Levante Popular da Juventude; MCP - Movimento Camponês Popular; MAB - Movimento dos Atingidos por Barragens; MPA - Movimento dos Pequenos Agricultores; PROIFES - Federação de Sindicatos de Professores e Professoras de Instituições Federais de Ensino Superior e de Ensino Básico Técnico e Tecnológico; SENGE/BA - Sindicato dos Engenheiros da Bahia; SENGE/PR - Sindicato dos Engenheiros do Paraná; SENGE/RJ - Sindicato dos Engenheiros do Rio de Janeiro; SINDIELETRO/MG; SINDUR/RO; SINERGIA/SC; SINERGIA/BA; STIU/DF.